


POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS			
Política Nº:	01	Aprovação de implementação:	Diego D'Agostini
Versão:	0	Proprietário da política:	Sócios
Idiomas:	Português	Método de distribuição:	Site / Murais

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. INTRODUÇÃO

Os dados pessoais devem ser tratados na Apolo Soluções em Plásticos Ltda. ("Apolo") de acordo com as leis nacionais de privacidade sobre proteção de dados, privacidade e segurança, em especial a LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Esta Política explica as medidas técnicas e organizacionais que a Apolo implementou para garantir que o tratamento de dados pessoais seja realizado de acordo com as leis pertinentes (incluindo a LGPD), e estabelece os princípios e diretrizes aplicáveis à Apolo.

2. OBJETO

Esta Política é aplicável a Apolo. Esta Política ("Política") explica como a Apolo trata dados pessoais, como é possível controlar o uso e exercer direitos de privacidade.

3. ENCARREGADO (DATA PROTECTION OFFICER – DPO)

A Apolo nomeou um Encarregado (DPO) que é a pessoa responsável pelos assuntos de privacidade e proteção de dados.

Em caso de dúvidas sobre esta Política, a coleta e o tratamento de suas informações; ou deseje acessar, corrigir, atualizar, limitar o uso ou solicitar a exclusão de suas informações pessoais, ou cancelar as comunicações de marketing (newsletter) que enviamos a você, basta enviar um e-mail para: diego.canto@apolo.ind.br

4. VIGÊNCIA

Esta Política entra em vigor em 30 de abril de 2022

5. DADOS PESSOAIS TRATADOS

A Apolo trata os seguintes os seguintes dados pessoais, de seus clientes e de seus colaboradores, ex-colaboradores, familiares de colaboradores e ex-colaboradores, autônomos, candidatos a emprego, pessoas de contato de fornecedores, fornecedores autônomos e visitantes: nome, idade, CPF, RG, Título de eleitor/Zona/Seção, Data de nascimento, Sexo, Nº do passaporte, documentação serviço militar, atestados médicos, atestados por afastamento eleitoral, salário, profissão, IP, e-mail, telefone, endereço residencial, endereço profissional/comercial, placa de veículo, modelo de veículo, cor de veículo, estado civil, dados de cônjuge/companheiro, dados de filhos (nome, RG, CPF, data de nascimento, carteira de vacinação), origem racial/étnica, dados referentes a saúde, biometria, imagem de colaboradores e visitantes.

6. OS FUNDAMENTOS LEGAIS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (BASES LEGAIS)

A Apolo só trata dados pessoais se existir(em) um ou mais dos fundamentos estabelecidos abaixo:

6.1. Execução de contrato: O tratamento é necessário para a execução de um contrato pelo qual o sujeito é parte, ou para tomar medidas pré-contratuais em relação a uma solicitação do sujeito e que são necessárias para a realização de um contrato. A Apolo trata dados pessoais sobre esse princípio em muitos casos. Este é, por exemplo (mas não exclusivamente) o caso em relação ao tratamento de dados pessoais para: contratos de trabalho; contas a pagar/contas a receber, incluindo qualquer processo de cobrança de dívidas, para os casos de execução do serviço contratado pelo Cliente, para a execução de contrato com fornecedor, para a execução de contrato com colaborador ou ex-colaborador.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS



Política Nº:	01	Aprovação de implementação:	Diego D'Agostini
Versão:	0	Proprietário da política:	Sócios
Idiomas:	Português	Método de distribuição:	Site / Murais

6.2. Consentimento dos pais ou responsáveis quando coletados dados de criança ou adolescente e consentimento do colaborador para oferta de benefícios acessórios ao contrato de trabalho: Os dados pessoais podem ser tratados se o sujeito, ou quem o represente, tiver fornecido consentimento livre, específico e informado (preferencialmente por escrito). O consentimento diz respeito ao tratamento específico para o qual deve ser solicitado o consentimento. A Apolo garante que os sujeitos sejam adequadamente informados sobre os propósitos e recursos de tratamento antes da solicitação do consentimento. Se houver múltiplos propósitos de tratamento, é necessário consentimento separado para cada tipo de tratamento. Para cumprir suas obrigações sob a LGPD, Apolo mantém como prova o registro do consentimento fornecido pelo sujeito. A Apolo permite que os sujeitos retirem o consentimento concedido anteriormente a qualquer momento.

6.3. Obrigação legal/regulatória, para emissão de notas fiscais, prestar informações obrigatórias ao Fisco ou ao Estado em geral.

6.4. Processo judicial, para utilização em eventuais litígios.

6.5. Legítimo Interesse, para coleta de dados junto a portaria e uso de câmeras de monitoramento: Exemplos de interesse legítimo de Apolo podem ser (não exaustivamente): para a prevenção de fraudes e outras atividades criminosas; para segurança contra perdas ou danos, roubo, furto ou acesso não autorizado.

7. PROPÓSITOS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A Apolo só trata dados pessoais para fins para os quais os dados pessoais foram obtidos (a menos que haja casos específicos que permitam o contrário). Os propósitos de tratamento são claramente definidos e os sujeitos serão informados sobre estes.


Exemplos de propósitos para os quais a Apolo trata dados pessoais (não exaustivamente):

- pessoal e contas de folha de pagamento
- contas a pagar / contas a receber
- gerenciamento de relacionamento e provisão de informações
- a melhoria dos sites, serviços e produtos da Apolo
- informações de gestão
- estratégia de negócios
- realização de auditorias internas ou investigações e implementação de medidas de auditoria para gestão interna
- prevenindo e detectando (tentativa) comportamento ilegal e/ou criminoso em relação à Apolo, seus clientes e funcionários, e prevenindo fraudes
- cumprindo obrigações legais
- executando contratos

8. MINIMIZAÇÃO E PRECISÃO DE DADOS

O tratamento de dados pessoais só ocorrerá de forma necessária para atingir a finalidade para a qual os dados foram obtidos ou se a (nova) finalidade secundária estiver suficientemente relacionada com a finalidade original. Isso significa que:

- A Apolo coleta e trata dados pessoais adequados, relevantes e limitados ao que é necessário em relação à finalidade para a qual os dados pessoais são tratados (minimização de dados)
- Apolo deve tomar medidas razoáveis para atualizar, corrigir, preencher ou excluir (conforme apropriado) quaisquer dados pessoais que demonstrem estar desatualizados, imprecisos ou incompletos, na medida exigida pelas leis de privacidade aplicáveis (exatidão).

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS			
Política Nº:	01	Aprovação de implementação:	Diego D'Agostini
Versão:	0	Proprietário da política:	Sócios
Idiomas:	Português	Método de distribuição:	Site / Murais

9. DIREITOS DOS SUJEITOS A DADOS

O sujeito pode demandar:

- Confirmação da existência de tratamento
- Acesso aos dados;
- Correção de dados incompletos, imprecisos ou desatualizados
- Anonimização, bloqueio ou exclusão de dados ou dados desnecessários ou excessivos que não foram tratados em conformidade com a LGPD;
- Portabilidade de dados;
- Exclusão de dados desde que amparados legalmente;
- Informações sobre entidades públicas e privadas com as quais Apolo compartilhou dados;
- Informações sobre a possibilidade de negar o consentimento e as consequências de tal negação;
- Revogação do consentimento.

Quando um sujeito exerce um direito indicado acima, Apolo deve responder realizando todas as ações exigidas por essa lei, a menos que o pedido seja obviamente infundado.

A Apolo só atenderá o pedido de um sujeito para exercer seus direitos sob esta cláusula depois de ter identificado o sujeito através do procedimento de identificação adequado.

Apolo buscará responder ao pedido de confirmação da existência ou acesso a dados pessoais por escrito imediatamente, mas em nenhum caso posterior do que no prazo de quinze 15 dias após o recebimento da solicitação.

Os sujeitos podem entrar em contato com o DPO (diego.canto@apolo.ind.br) com relação a todas as questões relacionadas ao tratamento de seus dados pessoais e ao exercício de seus direitos sob esta Política.

10. PERÍODOS DE RETENÇÃO E EXCLUSÃO DE DADOS PESSOAIS

A Apolo cumprirá os períodos de retenção que se aplicam ao tratamento de dados conforme estipulado na legislação brasileira.


A Apolo retém apenas dados pessoais:

- Na medida e pelo tempo necessário em relação ao propósito para o qual Apolo trata os dados pessoais;
- Se razoavelmente necessário para o cumprimento das obrigações legais aplicáveis
- se aconselhável, tendo em vista um período aplicável de limitação
- se aconselhável em vista de disputas.

Ao final do período de retenção, Apolo garantirá que os dados pessoais sejam destruídos ou tornados irreversivelmente anônimos com o devido cuidado e com medidas técnicas e organizacionais suficientes para que os dados não possam mais ser rastreados até o sujeito. Ao final do período de retenção ou prazo de exclusão, os dados pessoais não serão mais tratados pela Apolo.

Além disso, a Apolo garantirá que os dados pessoais do sujeito sejam excluídos se:

- os dados pessoais não são mais necessários em relação à finalidade para a qual foram coletados
- o assunto de dados retira o consentimento para o tratamento e não há outro fundamento legal para o tratamento

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS			
Política Nº:	01	Aprovação de implementação:	Diego D'Agostini
Versão:	0	Proprietário da política:	Sócios
Idiomas:	<u>Português</u>	Método de distribuição:	Site / Murais

- o período de retenção permitido expirou e não há outro fundamento legal para o tratamento
- o tratamento não está em conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis.

11. SEGURANÇA

Ao decidir como tratar dados pessoais e processá-los, a Apolo utiliza medidas técnicas e organizacionais (por exemplo, pseudônimo) de acordo com os princípios de proteção de dados e integra as salvaguardas necessárias ao tratamento, a fim de atender aos requisitos da lei de privacidade aplicável. As medidas utilizadas estão adequadas considerando (i) o estado da arte (ii) o custo de implementação (iii) da natureza, escopo, contexto e finalidades do tratamento e (iv) o risco representado aos sujeitos dos dados.

Apolo vale-se de medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir que, por padrão, os dados pessoais não sejam tratados desnecessariamente. Isso se aplica à quantidade de dados pessoais coletados, até que ponto são tratados, quanto tempo são armazenados e quem pode acessá-los. Em particular, Apolo garante que, por padrão, os dados pessoais não são disponibilizados para um número indefinido de pessoas sem alguma ação do sujeito.

A Apolo utiliza medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger dados pessoais (confidenciais) contra tratamento não autorizado ou ilegal (incluindo divulgação, acesso, perda, alteração, danos e destruição não autorizados).

A Apolo garante que apenas o pessoal autorizado tenha acesso aos dados pessoais necessários para a execução de suas funções. As pessoas com acesso a esses dados são obrigadas a manter a confidencialidade e segurança dos dados e processá-los apenas pelas instruções da Apolo ou para cumprir uma exigência da lei.

Apolo notificará os sujeitos ou a ANPD sobre violação de segurança que pode criar riscos ou danos relevantes aos sujeitos.


12. GESTÃO DE INCIDENTES

A APOLO criou e implementou uma Política de Resposta a Incidentes (PRI), a qual contém as diretrizes para as atividades exigidas no nível operacional da organização para lidar com incidentes. A PRI detalha: declaração da equipe de resposta a incidentes; monitoramento de eventos; alerta de incidente; análise do incidente; registro do incidente; avaliação da equipe; confirmação; relatório de impacto para ANPD; resposta ao incidente; respostas adicionais.

13. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA O EXTERIOR DO BRASIL

A Transferência de Dados para o exterior se dará:

- a um controlador terceirizado em um país ou organização internacional que forneça um nível de proteção de dados pessoais adequados às disposições no Brasil; ou
- a um controlador terceirizado que ofereça e prove garantias de cumprimento dos princípios e direitos do sujeito de dados e do regime de proteção de dados fornecidos no Brasil, na forma de:
 - a) cláusulas contratuais específicas para uma determinada transferência;
 - b) cláusulas contratuais padrão;
 - c) regras corporativas globais;
 - d) selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos;
- a transferência é necessária para cumprir uma exigência de lei;

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS			
Política Nº:	01	Aprovação de implementação:	Diego D'Agostini
Versão:	0	Proprietário da política:	Sócios
Idiomas:	Português	Método de distribuição:	Site / Murais

- a transferência é necessária para proteger a vida ou a segurança física do sujeito de dados ou de terceiros;
- quando a ANPD autoriza a transferência;
- quando o sujeito lhe deu seu consentimento específico e distinto para a transferência, com informações prévias sobre a natureza internacional da operação;
- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- quando necessário para a execução de contrato ou procedimentos preliminares ao contrato de que seja parte o sujeito;
- para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

14. AVALIAÇÕES DE IMPACTO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPIA)

Quando determinada pela ANPD, Apolo deve avaliar, por meio de avaliação de impacto de proteção de dados (**DPIA**), o impacto de seu tratamento proposto na proteção de dados pessoais.

15. MANUTENÇÃO DE REGISTROS

Ao tratar dados pessoais, especialmente quando baseados em interesses legítimos, a Apolo deve manter registros de suas operações de tratamento que documentam o seguinte:

- as categorias de dados pessoais que estão sendo tratados
- a metodologia utilizada para a coleta e para garantir a segurança das informações
- sempre que possível, uma descrição geral das medidas técnicas e organizacionais de segurança.

O tratamento de dados pessoais é registrado pela Apolo na forma de registro de dados. Apolo deve ser capaz de disponibilizar o registro à ANPD na medida exigida ou orientada por lei.


16. GOVERNANÇA DE PRIVACIDADE

O DPO foi nomeado pela Apolo para auxiliar na conformidade com a proteção de dados e atuar como ponto de contato para todos os assuntos de privacidade do Brasil. Em particular, DPO:

- aceita reclamações e comunicações de sujeitos de dados, fornecendo explicações e adotando medidas;
- recebe comunicações da ANPD e adota medidas;
- aconselha os colaboradores e contratantes da Apolo sobre as práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

Sobre as questões mais importantes, o DPO também se relaciona com o Proprietário do Processo de Conformidade de Privacidade, que tem a responsabilidade formal pela conformidade global de proteção de dados dentro do grupo Apolo e coordena a resposta da Apolo às questões mais importantes.

Quando um DPO estiver temporariamente ausente, por exemplo, devido a doença ou licença anual, seu substituto deve assumir as tarefas e responsabilidades.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS			
Política Nº:	01	Aprovação de implementação:	Diego D'Agostini
Versão:	0	Proprietário da política:	Sócios
Idiomas:	Português	Método de distribuição:	Site / Murais

17. PROCEDIMENTO DE RECLAMAÇÕES

Os sujeitos têm o direito de apresentar uma reclamação à ANPD se estiverem preocupados com a forma como a Apolo coleta ou usa informações pessoais.

18. MUDANÇAS NESSA POLÍTICA

A Apolo pode atualizar esta Política a qualquer momento publicando uma versão atualizada. A nova política modificada ou alterada será aplicada a partir dessa data de revisão.

Esta Política de Privacidade foi modificada pela última vez em 30 de abril de 2022.

**Esta Política foi produzida apenas para uso do Grupo Apolo.
É confidencial para Apolo e não deve ser reproduzido ou distribuído de forma alguma.
Se você tiver algum comentário ou dúvida sobre ele, entre em contato com o DPO**